



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 4

Edição 1

## DISTRIBUIÇÃO

DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	Enviada cópia, em suporte informático, para <a href="mailto:prf@dgrm.mm.gov.pt">prf@dgrm.mm.gov.pt</a> , a 13 de julho de 2017.  Enviado original, em suporte papel, a 10 de agosto de 2017.  Enviada revisão para <a href="mailto:prf@dgrm.mm.gov.pt">prf@dgrm.mm.gov.pt</a> a 15 de junho de 2018.

Revisão	Proposta	Data	Descrição
4	633-2018	2018.09.05	Revisão conforme pedido de elementos adicionais da DGRM (email de 22.05.2018)
3	518-2017	2017.07.07	Revisão conforme determinação do art. 5º, nº2, do Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho.
2	DQA.AD14.048	2014.11.26	Revisão conforme determinação do art. 5º, nº2, do Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho.
1	DSA.AD09.023 (codificação PL01E1)	2009.09.25	Revisão conforme determinação do art. 5º, nº2, do Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho.
0	-	2007.08.23	Criação

DQA	Miguel Mourão	CA	José Luis Cacho	DGRM
ELABORADO		VALIDADO		APROVADO



<b>1</b>	<b>GENERALIDADES .....</b>	<b>3</b>
1.1	Importância da entrega dos resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga 3	
1.2	Objetivo .....	4
1.3	Âmbito de aplicação .....	4
1.4	Aprovação e revisão .....	5
1.5	Gestão integrada de resíduos .....	5
1.6	Procedimentos de consulta aos utilizadores, instalações portuárias, operadores de resíduos e outros .....	5
<b>2</b>	<b>DEINIÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>6</b>
2.1	Definições .....	6
2.2	Siglas e abreviaturas .....	8
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO PORTO .....</b>	<b>11</b>
3.1	Breve descrição do porto de Sines .....	11
3.2	Infraestruturas portuárias .....	12
3.2.1	Terminal de Granéis Líquidos .....	12
3.2.2	Terminal Petroquímico .....	12
3.2.3	Terminal Multipurpose .....	12
3.2.4	Terminal de Gás Natural .....	13
3.2.5	Terminal de Contentores .....	13
3.2.6	Porto de Pesca .....	13
3.2.7	Porto de Recreio .....	13
3.2.8	Porto de Serviços .....	14
3.2.9	Porto de Abrigo .....	14
3.3	Dados estatísticos portuários .....	14
<b>4</b>	<b>RECEÇÃO DE RESÍDUOS .....</b>	<b>16</b>
4.1	Descargas obrigatórias .....	16
4.2	Meios portuários de receção de resíduos .....	16
4.2.1	Descrição dos meios portuários de receção de resíduos .....	16
4.2.2	Localização dos meios portuários de receção correspondente a cada cais por meio de diagramas .....	19
4.3	Tipologia e quantidade de resíduos .....	19



4.4	Receção e recolha de resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga .....	24
4.5	Recolha de resíduos no Porto de Pesca e no porto de Recreio .....	28
4.6	Comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção .....	28
ANEXO A - DECLARAÇÃO DE RESÍDUOS E DECLARAÇÃO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS .....		30
ANEXO B – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS .....		33
ANEXO C – FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS .....		35

---

*(introduzir quebra se necessário)*

## 1 GENERALIDADES

### 1.1 Importância da entrega dos resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga

O Porto de Sines é líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas sendo um principal porto na fachada ibero-atlântica.

Os navios em viagem produzem resíduos com origem nas suas próprias actividades, assim como, resíduos de carga. A fim de prevenir a poluição dos oceanos e das águas costeiras e por ser fundamental que os resíduos sejam entregues num ponto da escala, eficiente e de forma ambientalmente responsável, o Porto de Sines disponibiliza instalações de receção onde estes resíduos podem ser entregues.

A Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, conhecida por MARPOL 73/78, fornece uma estrutura internacional para a regulação da poluição provocada pelos navios e resulta da necessidade de preservar o ambiente humano em geral e o meio marinho em particular, tendo presente que os hidrocarbonetos e outras substâncias prejudiciais lançadas de navios, deliberadamente, por negligência ou acidentalmente, constituem uma fonte de poluição.

A referida Convenção foi aprovada para adesão, por Portugal, pelo Decreto do Governo nº 25/87 de 10 de Julho, tendo sofrido emendas posteriores.

Complementarmente, a União Europeia produziu Diretivas e Regulamentos, sendo a Diretiva 2000/59/CE, relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga, uma delas. A referida diretiva tem como objetivo a redução das descargas de resíduos de navios e de resíduos de carga no mar.

O Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho<sup>1</sup>, com as alterações entretanto sofridas, tem como objetivo a proteção do meio marinho contra a poluição provocada por navios, reduzindo as descargas no mar, especialmente as descargas ilegais, de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga, provenientes de navios que utilizam os portos da Comunidade, mediante o melhoramento da disponibilidade e da utilização de meios portuários de receção de resíduos gerados em navios de carga, aumentando, assim, a proteção do meio marinho.

Aplica-se a todos os navios que escalem ou operem em porto nacionais, incluindo embarcações de pesca e de recreio, qualquer que seja o seu pavilhão, com exceção dos navios de guerra, das unidades auxiliares da marinha e dos navios que, sendo propriedade do Estado ou estando ao seu serviço, sejam utilizados unicamente para fins de serviço público não comercial.

Os utilizadores do porto devem consultar outra informação sobre o seu funcionamento, nomeadamente, o Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança, o Regulamento de Tarifas e o Regulamento de Gestão de Resíduos da entidade gestora de resíduos, disponíveis em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt).

## **1.2 Objetivo**

O Plano Portuário de Receção e Gestão dos Resíduos do Porto de Sines para o triénio 2017-2019, abreviadamente designado de PPRGR, foi desenvolvido, pela Autoridade Portuária, tendo por base o Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho<sup>1</sup>, dando cumprimento a um requisito legal, e visa regular a instalação, a utilização e a adequabilidade dos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga, provenientes de navios que escalem o porto, contribuir para a proteção do meio ambiente marinho e para a redução de descargas de resíduos no mar.

Este Plano tem presente, entre outros aspetos que, deve ser assegurada a disponibilidade de meios portuários de receção de resíduos adequados às necessidades dos navios que, normalmente escalam o porto, o princípio do poluidor - pagador, através do qual se consagra o direito à cobrança de taxas pelas autoridades portuárias, fixadas em regulamento de tarifas do porto, destinadas a suportar os custos dos meios portuários de receção, incluindo o tratamento e eliminação dos resíduos gerados em navios, a obrigatoriedade de notificação prévia à entrada no porto pelos navios e a implementação de um sistema de inspeção aos navios para verificar o cumprimento do presente Regulamento.

## **1.3 Âmbito de aplicação**

O PPRGR aplica-se a todos os navios que escalem ou operem no porto de Sines, incluindo as embarcações de pesca e de recreio, qualquer que seja o seu pavilhão, com exceção dos navios de guerra, das unidades auxiliares da marinha e dos navios que sejam utilizados unicamente para fins de serviço público não comercial.

---

<sup>1</sup> Transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva 2000/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro, relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos da carga, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 57/2009, de 3 de Março que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/71/CE, da Comissão, de 13 de Dezembro.

---

### **1.4 Aprovação e revisão**

O Plano é revisto, avaliado e aprovado, pelo menos de três em três anos e sempre que ocorram mudanças no funcionamento do porto que o justifique, pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, abreviadamente designada por DGRM, a quem compete aprovar e controlar a execução dos planos de receção e de gestão de resíduos.

O PPRGR e o RGRU, Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades, encontram-se disponíveis para consulta na página [www.apsinesalgarve.pt](http://www.apsinesalgarve.pt).

### **1.5 Gestão integrada de resíduos**

Operacionalmente, a gestão integrada de resíduos será efetuada por entidade gestora de resíduos única, capaz de dar resposta a todos os serviços relacionados com a gestão de resíduos na área portuária, compreendidos como o conjunto de atividades de carácter técnico, administrativo e financeiro, bem como o conjunto de operações de deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o planeamento dessas operações.

A entidade gestora de resíduos é responsável pela elaboração, de um regulamento de gestão de resíduos e utilidades, abreviadamente designado de RGRU, do qual deve constar o conjunto de normas a observar na recolha, transporte, armazenagem e destino final dos resíduos provenientes dos navios ou embarcações surtas no porto e das instalações sitas na área de jurisdição portuária, bem como, procedimentos relativos ao fornecimento de utilidades, regulamento que será aprovado pela APS. A documentação a apresentar pelas firmas, potencialmente, interessadas como candidatas à prestação de serviços de gestão de resíduos no Porto de Sines, terá de obedecer à legislação em vigor respeitante a esta matéria.

### **1.6 Procedimentos de consulta aos utilizadores, instalações portuárias, operadores de resíduos e outros**

O PPRGR elaborado pela Autoridade Portuária é submetido a consulta dos agentes económicos interessados, designadamente os utilizadores do porto de Sines ou os seus representantes.

A consulta aos utilizadores do porto, instalações portuárias, entidade gestora de resíduos e outros interessados tem como objetivo assegurar que os meios portuários de receção de resíduos satisfazem as necessidades de quem os utiliza, envolvendo as entidades com interesses no fornecimento dos serviços.

Podem ser efetuadas reuniões regulares de revisão como meio de consulta, discutindo-se o plano em vigor, sugerindo-se alterações e melhoramentos.

Podem, também, ser utilizados cartas, questionários, contactos diretos com os agentes, ou outros que se considerem apropriados.

Os utilizadores do porto, a entidade gestora de resíduos, os operadores das instalações portuárias ou outros interessados podem, por meio que considerem adequado, efetuar sugestões no âmbito de aplicação do PPRGR e do RGRU.

---

## 2 DEINIÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS

### 2.1 Definições

Para efeitos do presente documento entende-se por:

*Águas de lastro* – água usada pelos navios para garantir a sua estabilidade e integridade em termos de estrutura, sendo essencial para a segurança e eficiência dos navios;

*Águas de porão* – águas contaminadas provenientes das cavernas dos navios;

*Armazenagem* – a deposição controlada de resíduos, antes do seu tratamento e por prazo determinado, designadamente as operações de armazenagem de resíduos destinados a valorização ou eliminação;

*Autoridade Marítima* – os órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima;

*Autoridade Portuária* – a administração portuária;

*Combustível líquido* – qualquer hidrocarboneto utilizado como combustível nas máquinas de propulsão e auxiliares do navio em que é transportado;

*Companhia* – o proprietário, o afretador em casco nu ou qualquer outra organização ou pessoa que tenha assumido a responsabilidade pela exploração de um navio, de uma embarcação de pesca ou de recreio;

*Eliminação* – qualquer operação que não seja de valorização, nomeadamente as operações de eliminação definidas na legislação, ainda que se verifique como consequência secundária a recuperação de substâncias ou de energia;

*Embarcação de pesca* – embarcação equipada ou utilizada comercialmente para captura de peixe ou outros recursos vivos do mar;

*Embarcação de recreio* – embarcação de qualquer tipo, independentemente do meio de propulsão, utilizada para fins desportivos ou recreativos;

*Entidade gestora* – a APS ou a entidade concessionária ou subconcessionária do sistema de gestão integrada de resíduos;

*Gestão de resíduos* – a recolha, o transporte, a valorização e a eliminação de resíduos, incluindo a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação no pós-encerramento, bem como as medidas adotadas na qualidade de comerciante ou corretor;

*Gestão integrada de resíduos* – conjunto de atividades de carácter técnico, administrativo e financeiro, bem como o conjunto de operações de deposição, recolha, transporte, armazenagem tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o planeamento dessas operações, como já referido;

*Hidrocarboneto* – o petróleo sob qualquer forma, incluindo petróleo bruto, fuelóleo, lamas, resíduos e produtos refinados (que não sejam petroquímicos sujeitos às disposições do Anexo II da MARPOL 73/78);

*Lixo* – todas as espécies de resíduos de alimentos, plásticos e outros produzidos durante o funcionamento normal do navio e suscetíveis de serem eliminados contínua ou periodicamente;

*MARPOL 73/78* – a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978;



*Meios portuários de receção* – as estruturas fixas, flutuantes ou móveis, aptas a receber a resíduos gerados em navios ou resíduos de carga;

*Mistura de hidrocarbonetos* – uma mistura contendo qualquer teor em hidrocarbonetos;

*Navio* – uma embarcação que opere no meio marinho, incluindo as embarcações de sustentação dinâmica, veículos de sustentação por ar, submersíveis e estruturas flutuantes;

*Operador* – qualquer pessoa singular ou coletiva que procede, a título profissional, à gestão de resíduos;

*Recolha* – a apanha de resíduos, incluindo a triagem e o armazenamento preliminares dos resíduos, para fins de transporte para uma instalação de tratamento de resíduos;

*Resíduos* – quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer;

*Resíduos associados à carga* – quaisquer materiais utilizados para acondicionamento e para a movimentação da carga, tais como papel, cartão, madeiras, materiais de embalagem, outros;

*Resíduos de carga* – os restos de matérias transportadas como carga em porões ou tanques de carga que ficam das operações de descarga e das operações de limpeza, incluindo excedentes de carga/descarga e derrames;

*Resíduos de cozinha e de mesa* – todos os restos alimentares, incluindo óleos alimentares utilizados, provenientes de transportes internacionais;

*Resíduos gerados em navios* – todos os resíduos, incluindo os esgotos sanitários, e os resíduos que não sejam resíduos de carga, produzidos no serviço de um navio e abrangidos pelos anexos I, IV e V da MARPOL 73/78, bem como os resíduos associados à carga, conforme definidos nas diretrizes para a aplicação do anexo V da MARPOL 73/78;

*Resíduos hospitalares* – os resíduos resultantes de atividades médicas desenvolvidas em unidades prestadoras de cuidados de saúde, em atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, em farmácias, em atividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras que envolvam procedimentos invasivos, tais como acupuntura, piercings, e tatuagens;

*Resíduos operacionais* – resíduos produzidos ao serviço de um navio com exclusão dos resíduos de hidrocarbonetos, águas sanitárias, resíduos não perigosos de carga e os associados à carga;

*Resíduos perigosos* – os resíduos que apresentam uma ou mais características de perigosidade, de acordo com o definido na legislação em vigor;

*Resíduos urbanos* – resíduos provenientes de habitações bem como outro resíduo que pela, sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduos proveniente de habitações;

*Substância líquida nociva* – qualquer substância indicada no apêndice II da MARPOL, ou substâncias químicas de laboratório não identificadas ou cujos efeitos sobre o ambiente sejam desconhecidos;

*Transporte* – a operação de transferir os resíduos para o exterior das instalações portuárias;

*Tratamento* – qualquer operação de eliminação ou valorização de resíduos, incluindo a preparação prévia a estas operações;

*Triagem* – o ato de separação de resíduos mediante processos manuais ou mecânicos, sem alteração das suas características, com vista ao seu tratamento;

*Valorização* – qualquer operação, nomeadamente as constantes de legislação em vigor relativa à gestão de resíduos, cujo resultado principal seja a transformação dos resíduos de modo a servirem um fim útil, substituindo outros materiais que, caso contrário, teriam sido utilizados para um fim específico ou a preparação dos resíduos para esse fim na instalação ou conjunto da economia.

## **2.2 Siglas e abreviaturas**

*APS*, S.A. – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

*AP* – Autoridade Portuária

*AM* – Autoridade Marítima

*DGRM* – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

*ETAL* – Estação de Tratamento de Águas de Lastro

*ETAR* – Estação de Tratamento de Águas Residuais

*PPRGR* – Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos

*RGRU* – Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades

*TGL* – Terminal de Granéis Líquidos

*TPQ* – Terminal Petroquímico

*TMS* – Terminal Multipurpose

*TGN* – Terminal Gás Natural

*TCS* – Terminal de Contentores

## **2.3 Legislação aplicável**

<b>DIPLOMA E SUMÁRIO</b>
<b>Decreto do Governo nº 25/87 de 10 de Julho</b> Aprova para adesão o Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73/78)
<b>Decreto n.º 48/90 de 07 de Novembro</b> Aprova para adesão as emendas de 1984 introduzidas ao anexo ao Protocolo da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73).
<b>Decreto n.º 50/91 de 17 de Agosto</b> Aprova, para adesão, as emendas que alteram a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, modificada por Protocolo de 1978.
<b>Decreto n.º 18/93 de 19 de Maio</b> Aprova, para adesão, as Emendas ao Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, alterada pelo Protocolo de 1978.
<b>Despacho n.º 242/96, de 5 de Julho</b> Determina que os resíduos hospitalares são objeto de tratamento apropriado, diferenciado consoante os grupos em que estão classificados.



## DIPLOMA E SUMÁRIO

### Portaria nº 335/97, de 16 de Maio

Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional.

Nota: Revogada pela Portaria nº 145/2017, de 26 de abril, com exceção do disposto nos artigos 6.º, 7.º e do anexo, que se mantém em vigor até ao dia 31 de dezembro de 2017, caso o interessado exerça a faculdade prevista no n.º 1 do artigo 18.º da referida Portaria.

### Resolução A.868(20)-IMO, de 27 de novembro de 1997

Define as diretrizes para o controlo e gestão da água de lastro dos navios, para minimizar a transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogénicos.

**Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro alterado pelo DL nº 162/2000, de 27 de Julho, pelo DL nº 92/2006, de 25 de Maio, que transpõem para o direito interno, as Diretivas 94/62/CE e 2004/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, DL 178/2006, de 05 de setembro, alterado e republicado pelo DL n.º 73/2011, de 17 de junho, Alterado pelo DL nº 110/2013, de 02 de agosto, DL nº 48/2015, de 10 de abril e DL nº 71/2016, de 11 de abril.**

Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

### Decreto nº 19/98 de 10 de Julho, alterado pelo Decreto n.º 20/2000 de 11 de Agosto

Aprova, para adesão, as emendas ao anexo I do Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78), adotadas pelo Resolução MEPC 52 (32).

### Decreto nº 20/98 de 10 de Julho

Aprova, para adesão, as emendas de 1992, adotadas pela Resolução MEPC 51 (32) da Organização Marítima Internacional, ao anexo I do Protocolo de 1978, da Convenção da Poluição por Navios, 1973.

### Decreto nº 22/98 de 10 de Julho

Aprova para adesão as emendas de 17 de Março de 1989, adotadas pela Resolução MEPC 34 (27) ao anexo II do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973.

### Decreto nº 23/98 de 10 de Julho

Aprova, para adesão, as emendas de 4 de Julho de 1991, adotadas pela Resolução MEPC 47 (31) da Organização Marítima Internacional, ao anexo I do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da PRGR – Plano de Receção e Gestão de Resíduos – APA, S.A. – Versão 3 5/26 Fevereiro de 2009 Diploma Legal Data Âmbito Poluição por Navios de 1973.

### Decreto-Lei nº 565/1999, de 21 de dezembro retificado por declaração nº 4E/2000, de 31 de janeiro de 2001

Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna.

### Decreto-Lei nº 49/2002 de 2 de Março

Estabelece o regime das contraordenações por violação das normas constantes dos regulamentos de exploração e de funcionamento dos portos, a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias.

### Decreto-Lei nº 165/2003 de 24 de Junho, alterado pelos Decreto-Lei nº 197/2004, de 17 de Agosto de 2004 e Decreto-Lei nº 57/2009, de 3 de Março de 3 de março

Transpõe a Diretiva nº 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga.

### Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho alterado pelo DL 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo DL nº 73/2011, de 17 de junho

Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos usados.

### Diretiva (CE) 2005/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de Setembro, alterada pela Diretiva 2009/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009

<i>DIPLOMA E SUMÁRIO</i>
Relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações.
<p><b>Decreto nº 6/2006 de 6 de Janeiro</b></p> <p>Aprova as emendas de 1 de Abril de 2004 ao Anexo IV ao Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78), adotadas pela Resolução MEPC 47 (31) da Organização Marítima Internacional, relativo às regras para a prevenção da poluição por esgotos sanitários dos navios.</p>
<p><b>Decreto nº 8/2006 de 10 de Janeiro</b></p> <p>Aprova a Convenção Internacional sobre a Prevenção, Atuação e Cooperação no Combate à Poluição por Hidrocarbonetos, 1990.</p>
<p><b>Decreto nº 12/2006 de 16 de Março</b></p> <p>Aprova e publica o Protocolo Sobre a Prevenção, Atuação, e Cooperação no Combate à Poluição por Substâncias Nocivas e Potencialmente Perigosas.</p>
<p><b>Decreto-Lei nº 178/2006 de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho</b></p> <p>Estabelece o regime geral de gestão de resíduos, transpondo para a ordem interna a Diretiva 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril e a Diretiva nº 91/689/CEE, do Conselho de 12 de dezembro. Alterado por DL nº 127/2013, DL 67/2014, DL nº 165/2014, DL bº82-D/2014, DL nº 75/2015, DL nº 103/2015, Lei nº 7-A/2016, DL nº 71/2016.</p>
<p><b>Decreto n.º 1/2008 de 9 de Janeiro</b></p> <p>Aprova o Protocolo de 1997 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, modificada pelo Protocolo de 1978, MARPOL 73/78, relativo às regras para a prevenção da poluição atmosférica por navios, adotado em Londres, em 26 de Setembro de 1997. Adita o Anexo VI.</p>
<p><b>Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro alterado pelo Decreto-Lei nº 266/2009 de 29 de Setembro</b></p> <p>Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores.</p>
<p><b>Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro</b></p> <p>Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares (OAU), corresponsabilizando todos os intervenientes no ciclo de vida dos óleos alimentares.</p>
<p><b>Regulamento (CE) nº 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009</b></p> <p>Define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) nº 1774/2002, alterado pela Diretiva 2010/63/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Setembro de 2010.</p>
<p><b>Regulamento (UE) nº 142/2011, de 25 de fevereiro,</b></p> <p>Aplica o Regulamento (CE) nº 1069/2009 e a Diretiva 97/78/CE do Conselho, no que se refere a certas amostras e certos artigos isentos de controlos veterinários nas fronteiras ao abrigo da referida diretiva.</p>
<p><b>Resolução MEPC.201(62). Anexo 13, MEPC 62/64</b></p> <p>Revê o anexo V da MARPOL adotado em 15 de julho de 2011.</p>
<p><b>Lei nº 56/2011, de 15 de Novembro,</b></p> <p>Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente, procede à 28.ª alteração do Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Diretiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.</p>
<p><b>Decreto-Lei nº 61/2012, de 14 de março, alterado pelo DL nº 27/2015</b></p>



<i>DIPLOMA E SUMÁRIO</i>
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto.
<b>Decreto-Lei nº 67/2014, de 07 de maio de 2014, alterado pelo DL nº 71/2016</b> Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012.
<b>Portaria nº 145/2017, de 26 de abril</b> Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR).

## 3 CARACTERIZAÇÃO DO PORTO

### 3.1 Breve descrição do porto de Sines

O Porto de Sines fica localizado no sudoeste da Europa, a 58 milhas náuticas a sul de Lisboa.

Latitude: 37°57'N

Longitude: 08°53'W

A área de jurisdição da APS, SA compreende duas zonas com as seguintes dimensões:

- Zona marítima: 14750 ha = 147,5 km<sup>2</sup>
- Zona terrestre: 631 ha. = 6,31 km<sup>2</sup>

O atual modelo orgânico da Administração do Porto de Sines e do Algarve, SA foi criado pelo Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de Novembro, alterado pelos Decreto-Lei nºs 47/2002, de 02 de Março e 95/2010, de 29 de Julho, que transformou o Instituto Público em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, cabendo-lhe assegurar o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Sines nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

O Porto de Sines é uma infraestrutura portuária composta por cinco terminais, granéis líquidos, petroquímico, multipurpose, gás natural e contentores, movimentando, maioritariamente, granéis energéticos e por dois portos interiores, de pesca e de recreio.

Em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt) pode ser encontrada informação detalhada sobre os vários terminais.

Os serviços portuários podem ser prestados de forma direta ou indireta, existindo, neste último caso, um agente económico privado que garante o serviço em nome da autoridade portuária. A gestão integrada de resíduos do Porto de Sines é um dos serviços prestados indiretamente.

---

## **3.2 Infraestruturas portuárias**

### **3.2.1 Terminal de Granéis Líquidos**

Inaugurado em 1978, é o maior terminal de granéis líquidos do país, concebido numa arquitetura de multicliente e multiproduto. Com seis postos de acostagem e fundos naturais até 28 metros ZH, tem capacidade para receber navios de porte até 350.000 toneladas Dwt, e permite a movimentação simultânea de diferentes produtos (crude, refinados, gases liquefeitos e outros granéis líquidos). Dispõe de 6 postos de acostagem e movimentação, principalmente, ramas, refinados, LPG, metanol e nafta química. Os fundos atingem os -28m/ZH.

Dispõe de uma esteira de pipelines para a movimentação dos produtos entre o porto, a zona adjacente de tancagem e a ZILS – Zona Industrial e Logística onde estão instaladas as principais indústrias que utilizam o terminal. A operação do terminal está a cargo da empresa CLT – Companhia Logística de Terminais Marítimos, pertencente ao grupo Galp Energia, em regime de concessão de serviço público de movimentação de cargas.

A operação do terminal está a cargo da empresa CLT – Companhia Logística de Terminais Marítimos, pertencente ao grupo Galp Energia, em regime de concessão de serviço público de movimentação de cargas.

### **3.2.2 Terminal Petroquímico**

Desde 1981 o Porto de Sines dispõe de um terminal dedicado para produtos petroquímicos, o TPQ que permite a movimentação de mercadorias através de pipeline dedicado, entre os navios e o complexo petroquímico localizado na ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines. Este terminal que dispõe de 2 postos de acostagem, é operado pela Repsol Polímeros em regime de concessão de uso privativo. O TPQ dispõe de dois postos de acostagem, com fundos de 12 metros ZH, que permitem a receção de navios até 20.000 m<sup>3</sup> de capacidade de carga, movimentando produtos como propileno, etileno, butadieno, ETBE, etanol, MTBE, mescla aromática, metanol.

Este terminal integra um parque de armazenagem com dois tanques criogénicos de armazenagem de etileno (25.000 m<sup>3</sup>) e propileno (22.000 m<sup>3</sup>), duas esferas de butadieno com 4.500 m<sup>3</sup> cada, um tanque de ETBE com 10.000 m<sup>3</sup> e um tanque de etanol com 6.000 m<sup>3</sup>.

### **3.2.3 Terminal Multipurpose**

Iniciou a sua exploração em 1992 em regime de concessão de serviço público à empresa Portsines, e está vocacionado para a movimentação de granéis sólidos, carga geral e Ro-Ro e está equipado com 2 pórticos com capacidade de movimentação de 2000 toneladas por hora, possuindo uma ampla área de cais e de armazenagem. Os fundos atingem os -18m/ZH.

Dispõe de 4 cais de acostagem, com um comprimento total de 643 metros no extradorso, e 266 metros no intradorso. Com fundos até 18 metros ZH, permite a receção de navios até 190.000 toneladas Dwt.

---

### **3.2.4 Terminal de Gás Natural**

O TGN iniciou a sua atividade em 2003, é operado em regime de concessão de uso privativo pela empresa REN Atlântico, movimentando mais de 50% do gás natural consumido em Portugal.

Dotado de um posto de acostagem com fundos de 15 metros ZH, permite a receção de navios metaneiros até 165.000 m<sup>3</sup>.

A armazenagem do gás natural recebido é efetuada em 3 tanques com capacidade para 120.000 m<sup>3</sup> (2) e 150.000m<sup>3</sup> (1).

### **3.2.5 Terminal de Contentores**

O Terminal de Contentores de Sines, denominado TXXI, iniciou operações em 2004, sendo operado em regime de concessão de serviço público pela empresa PSA Sines (PSA – Port Singapore Authority).

Com um plano de desenvolvimento faseado e sustentado, o Terminal XXI oferece fundos naturais de 17,0 metros ZH, permitindo a acostagem dos grandes navios porta-contentores das rotas transcontinentais e dos navios das respetivas ligações por feeder.

Atualmente, com um comprimento de cais de 946 + 200 metros e dotado de 9 pórticos post-panamax e super post-panamax e 2 gruas móveis disponibiliza uma capacidade de 2.100.000 TEU por ano e tem uma área de armazenagem de 39,1 ha.

### **3.2.6 Porto de Pesca**

É formado por uma bacia interior, abrigada por um quebra-mar que oferece boas condições de proteção para acostagem e fundeadoiro das embarcações de pesca.

O cais de aprestos tem 220 metros de comprimento e fundos de -2,50 (ZH) e o cais de descarga de pescado tem 140 metros de comprimento e fundos de -4,5 metros (ZH), tanto na bacia de manobra como na de acostagem. A rampa de varadouro, entre os dois cais, tem uma área de 2.150m<sup>2</sup>.

Em terra, o Porto de Pesca dispõe dos edifícios da lota e serviços administrativos, de comerciantes de aprestos, lojas comerciais e de serviços e de uma fábrica de gelo. Conta ainda com oficinas de manutenção, posto de abastecimento de combustíveis, posto de receção de óleos usados, abastecimento de água e energia e, armazéns individuais de apoio a titulares de unidades pesqueiras.

### **3.2.7 Porto de Recreio**

O Porto de Recreio de Sines é constituído pelo molhe de abrigo, cais de alagem, rampa de varadouro, grua móvel, retenção marginal, terraplenos, passadiços e "fingers" flutuantes para acostagem de embarcações.

A sua capacidade atual é de 230 lugares de amarração, prevendo-se uma gradual ampliação até 250 lugares bem como de um número apreciável de lugares de estacionamento em terra.

Dispõe ainda de um leque variado de serviços, tais como fornecimento de água e eletricidade, berços e picadeiros, instalações sanitárias e balneário, lavandaria, posto de

abastecimento de combustíveis, receção de óleos usados, telefone público, pagamento automático Visa ou Multibanco, vigilância, dados meteorológicos, alguma capacidade local de reparações e de lanchonete e bar de apoio à população em geral e aos nautas em particular.

### **3.2.8 Porto de Serviços**

O Porto de Serviço é constituído por um molhe de proteção com muro cortina, três cais de acostagem – Cais Norte, Cais Sul e Topo –, e terraplenos. Localiza-se na zona central da área de jurisdição da APS. Infraestrutura gerida pela APS, para estacionamento e abrigo de rebocadores, lanchas da APS e outras embarcações licenciadas para operar no porto.

### **3.2.9 Porto de Abrigo**

O Porto de Abrigo é constituído por passadiços flutuantes e localiza-se na zona oeste da área de jurisdição da APS. Infraestrutura gerida pela APS, para estacionamento e abrigo de lanchas e embarcações da AP, embarcações de combate à poluição marítima e embarcações institucionais.

## **3.3 Dados estatísticos portuários**

Um crescente número de navios tem vindo a escalar o porto de Sines, nomeadamente porta-contentores, tendo a quantidade de mercadoria movimentada vindo, também, a aumentar.

A informação relativa ao tipo e quantidade de resíduos gerados a bordo dos navios e desembarcados no porto é analisada, periodicamente, para avaliar a adequabilidade das instalações para receção e garantir que o tipo e a capacidade de recepção disponíveis correspondem às necessidades dos navios que demandam, normalmente, o porto.

**Quadro 1 – Movimento geral por terminal 2014-2016**

<b>MOVIMENTO GERAL POR TERMINAL</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
QUANTIDADE MOVIMENTADA (TON.)			
<b>Total</b>	<b>37.582.923</b>	<b>43.965.902</b>	<b>51.185.315</b>
Terminal de granéis líquidos	16.111.265	19.412.325	22.433.312
Terminal petroquímico	529.532	516.674	539.215
TMS	5.034.539	5.973.760	5.993.991
Porto de serviços	0	0	0
Terminal de contentores	14.474.384	16.460.337	20.595.970
Terminal de gás natural	1.431.718	1.602.889	1.622.828

**Quadro 2 – Movimento Geral 2014-2016**

<b>MOVIMENTO GERAL</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
------------------------	-------------	-------------	-------------

## Nº NAVIOS ENTRADOS

Total	2.003	2.187	2.422
Estrangeiros	1.961	2.154	2.311
Nacionais	42	33	111

## GT total

Total	70.233.725	80.071.117	94.750.476
Estrangeiros	69.364.158	79.611.230	90.995.369
Nacionais	869.567	459.887	3.755.107

## Quantidade movimentada (ton)

Total	37.582.923	43.965.902	51.185.315
Carga	14.563.976	16.971.378	20.902.423
Descarga	23.018.946	26.994.524	30.282.891

## Quadro 3 - Movimento de mercadorias 2014-2016 (ton.)

MOVIMENTOS DE MERCADORIAS POR TERMINAL	2014	2015	2016
--	------	------	------

## QUANTIDADE ,MOVIMENTADA (TON)

Total		37.582.923	43.965.902	51.185.315
Granéis líquidos	Ramas	7.348.635	9.378.126	13.014.951
	Refinados	7.878.409	9.153.250	8.551.074
	GPL	724.245	703.504	681.629
	GNL	1.431.718	1.602.889	1.622.828
	Olefinas	379.159	418.699	439.513
	Outros G.L.	314.506	280.044	295.617
Granéis sólidos	Cereais	2.742	2.600	6.498
	Carvão	4.755.053	5.681.014	5.411.122
	Minerais	26.069	49.286	51.066
	Outros G.S.	111.049	117.037	394.099
Carga geral	Fracionada	136.954	117.856	113.603
	Contentorizada	14.474.384	16.460.337	20.595.220
	RO-RO	0	1.262	8.097

## Quadro 4 - Dados estatísticos do movimento portuário 2014-2016

DESCRIPTOR	Unidades	2014	2015	2016
------------	----------	------	------	------

Navios entrados	nº	2.003	2.187	2.422
Arqueação bruta	GT	70.233.725	80.071.117	94.750.476
Dias de estadia – média	dia	2	2	2
Mercadorias movimentadas	ton.	37.582.923	43.965.902	51.185.315
Notificações recebidas	nº	2.003	2.187	2.422
Navios que entregaram resíduos	nº	1.104	1.306	1.360
Resíduos notificados para entrega	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	9,1	24,4	25,5
Resíduos efetivamente entregues	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	13,42	27,34	33,58
Resíduos retidos a bordo para entrega noutra porto	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	2,93	7,96	6,99

## 4 RECEÇÃO DE RESÍDUOS

### 4.1 Descargas obrigatórias

Os navios que acostam no porto devem descarregar todos os resíduos que transportam a bordo. O navio pode não o fazer se o Comandante provar que tem capacidade de armazenagem suficiente dos resíduos até ao próximo porto.

O navio poderá, ainda, requerer, nos termos da legislação aplicável, a isenção de notificação e de entrega de resíduos no porto que será objeto de análise e despacho em conformidade.

### 4.2 Meios portuários de receção de resíduos

#### 4.2.1 Descrição dos meios portuários de receção de resíduos

Os equipamentos e capacidade dos meios de receção de resíduos disponíveis no porto para a receção de resíduos, com origem nos navios, são os indicados no quadro 5.

EQUIPAMENTO		ETAL – Estação de Tratamento de Águas de Lastro
TIPOS DE RESÍDUOS ADMITIDOS		Resíduos do anexo I da MARPOL <i>Exemplos: águas de lastro contaminado e águas de lavagem dos reservatórios dos navios; misturas de óleo e água acumuladas no fundo dos navios (cavernas e porões); águas residuais das salas de máquinas dos navios; águas residuais dos terminais de granéis líquidos e petroquímico.</i>
		Navios que operam no Terminal de Granéis Líquidos e no Terminal Petroquímico Navios que operam nos Terminais de Gás Natural, Multipurpose e Contentores, desde que transportados por meios móveis.
LOCALIZAÇÃO EQUIPAMENTO	DO	Área do Terminal de Granéis Líquidos





# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 4

Edição 1

CAPACIDADE	82 500 t/ano de “slops” e 160 000 t/ano de águas residuais contaminadas com hidrocarbonetos, correspondendo a 330 dias de funcionamento por ano, ou seja, 250 t/dia de “slops”
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO EQUIPAMENTO	ECOSLOPS Portugal, S.A.
DESCRIÇÃO E NOTAS	<p>A estação de tratamento de águas residuais inclui um tratamento físico-químico, seguido de tratamento biológico e desidratação das lamas.</p> <p>Os resíduos são recebidos na ETAL por meios fixos “pipeline” nos terminais de granéis líquidos e petroquímico ou por meios móveis e os “slops” por camião cisterna.</p> <p>A armazenagem das águas residuais contaminadas com hidrocarbonetos é efetuada nos tanques TK010 e TK011 e a armazenagem de “slops” numa fossa intermédia. Nos tanques TK010 e TK011 é efetuada a separação dos hidrocarbonetos/água, cujas águas residuais serão enviadas para a estação de tratamento de águas residuais.</p> <p>À estação chegam, ainda, para depurar as águas residuais obtidas no separador lamas/hidrocarbonetos/água e águas ácidas da unidade P2R (instalação onde se procede à produção de combustíveis a partir de resíduos de hidrocarbonetos através de um processo de destilação).</p> <p>Estas águas residuais reúnem-se num tanque tampão, seguindo depois por gravidade para um novo decantador que dispõe de um separador superficial para remoção dos hidrocarbonetos sobrenadantes. Depois as águas residuais, após a injeção de cloreto férrico e polielectrólito, passam para um flotador com ar dissolvido (unidade DAF – Dissolved Air Unit), cujas lamas obtidas são desidratadas numa centrífuga.</p> <p>Do tratamento físico-químico, as águas residuais são a seguir depuradas no tratamento biológico, constituído por um sistema SBR (“sequencing batch reactor”), em que o arejamento e a decantação são efetuados sequencialmente no mesmo equipamento. Como nutrientes são adicionados ácido fosfórico e ureia. As lamas em excesso são enviadas para desidratação numa centrífuga.</p> <p>Após tratamento biológico, o efluente tratado segue para o ponto de descarga existente no Oceano Atlântico.</p>
EQUIPAMENTO	ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
TIPOS DE RESÍDUOS ADMITIDOS	<p>Anexo IV da MARPOL</p> <p><i>Exemplo: águas residuais domésticas ou equiparadas.</i></p>
ORIGEM DOS RESÍDUOS	Navios que operam nos Terminais de Granéis Líquidos, Petroquímico, Gás Natural, Multipurpose, Contentores e embarcações do Porto de Recreio.
LOCALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO	<p>Terminal de Granéis Líquidos de Sines</p> <p>Zona leste</p> <p>Zona de Atividades Logísticas de Sines</p>
CAPACIDADE	<p>70 hab./eq. (ETAR do Terminal de Granéis Líquidos de Sines)</p> <p>100 hab./eq. (ETAR da Zona Leste e da Zona da Atividades Logísticas de Sines)</p>
RESPONSÁVEL/ OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS	ECOSLOPS Portugal, S.A.
DESCRIÇÃO E NOTAS	<p>As águas residuais equiparadas a domésticas e recebidas dos navios são recebidas na ETAR por camião.</p> <p>As estações são sistemas compactos de tratamento de águas residuais por lamas ativadas.</p> <p>Na primeira fase do tratamento realiza-se a separação dos sólidos mais grosseiros. No tratamento primário, a matéria poluente é separada da água por sedimentação no decantador primário. Segue-se o processo biológico por lamas ativadas, onde a matéria orgânica é consumida por micro-organismos. Os micro-organismos sofrem posteriormente um processo de sedimentação nos designados decantadores secundários. Finalizado o tratamento secundário, as águas residuais tratadas pela ETAR apresentam um reduzido nível de poluição por matéria orgânica e são despejadas no Oceano Atlântico.</p>



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 4

Edição 1

<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>ZATR – Zona de Armazenagem Temporária de Resíduos</b>
<b>TIPOS DE RESÍDUOS ADMITIDOS</b>	Anexo I e V da MARPOL <i>Exemplo: resíduos sólidos de hidrocarbonetos, metais ferrosos, latas, cinzas e escórias de caldeiras, embalagens.</i>
<b>ORIGEM DOS RESÍDUOS</b>	Navios que operam nos Terminais de Granéis Líquidos, Petroquímico, Gás Natural, Multipurpose, Contentores e embarcações do Porto de Recreio.
<b>LOCALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO</b>	Área do Terminal de Granéis Líquidos de Sines.
<b>CAPACIDADE</b>	A ZATR é uma área vedada, impermeabilizada e protegida das condições climatéricas, com cerca de 73.50 m <sup>2</sup> . Possui ligação à rede de drenagem de águas contaminadas.
<b>RESPONSÁVEL/ OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	ECOSLOPS Portugal, S.A.
<b>DESCRIÇÃO E NOTAS</b>	Armazenagem temporária e controlada de resíduos operacionais sólidos. A armazenagem é efetuada em embalagens seladas, big bags jerricans, contentores. Os resíduos são armazenados de acordo com tipologia, os recipientes identificados.
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>Contentores de resíduos hospitalares</b>
<b>TIPOS DE RESÍDUOS ADMITIDOS</b>	Anexo V da MARPOL <i>Exemplo: Objetos cortantes e perfurantes, medicamentos, pensos, compressas, ligaduras, gessos, roupas e vestuário descartáveis, não contaminados/ contaminados com sangue.</i>
<b>ORIGEM DOS RESÍDUOS</b>	Navios que operam nos Terminais de Granéis Líquidos, Petroquímico, Gás Natural, Multipurpose, Contentores.
<b>LOCALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO</b>	Posto médico da Administração do Porto de Sines.
<b>CAPACIDADE</b>	2 contentores de 60 litros 1 contentor de 3 litros
<b>RESPONSÁVEL/ OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	ECOSLOPS Portugal, S.A.
<b>DESCRIÇÃO E NOTAS</b>	Os resíduos hospitalares são armazenados no posto médico, em condições adequadas e em conformidade com a legislação em vigor.
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>Contentores de Resíduos Urbanos, Restos de Cozinha e de Mesa (RCM) e ecopontos</b>
<b>TIPOS DE RESÍDUOS ADMITIDOS</b>	Anexo V da MARPOL <i>Exemplo: Resíduos urbanos indiferenciados, embalagens de plástico, embalagens metálicas, embalagens de papel, vidro, papel, Restos de Cozinha e de Mesa (RCM) equiparados a Subprodutos Animais de Categoria 1.</i>
<b>ORIGEM DOS RESÍDUOS</b>	Navios que operam nos Terminais de Granéis Líquidos, Petroquímico, Gás Natural, Multipurpose, Contentores e embarcações do Porto de Recreio.
<b>LOCALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO</b>	Área de jurisdição portuária, nomeadamente, Terminais de Granéis Líquidos, Petroquímico, Gás Natural, Multipurpose, Contentores, Porto de Serviços, Porto de Recreio, Porto de Pesca.
<b>CAPACIDADE</b>	Contentores de capacidades várias – 90 litros (10 unidades), 700 litros (27 unidades), 1100 litros (6 unidades). Ecopontos – 2500 litros (10 unidades) Arca frigorífica - 495 litros (1 unidade) e com 382 litros (1 unidade)
<b>RESPONSÁVEL/ OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	ECOSLOPS Portugal, S.A.

DESCRIÇÃO E NOTAS	<p>Os RSU e resíduos equiparados são armazenados nos contentores das plataformas de acostagem, para recolha diária e transportados para aterro municipal.</p> <p>Os RCM provenientes de meios de transportes marítimos internacionais são considerados matérias de risco de categoria I, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009 e acondicionados em sacos diferenciados. A recolha e transporte são efetuados em contentores apropriados, ficando acondicionados em arca frigorífica, se necessário, até se proceder ao destino final.</p> <p>As restantes tipologias de resíduos são armazenadas nas zonas de armazenagem temporária de resíduos.</p>
EQUIPAMENTO	Contentores para recolha de outro tipo de resíduos
TIPOS DE RESÍDUOS ADMITIDOS	<p>Anexo I da MARPOL</p> <p>Exemplo: <i>óleos minerais, sintéticos, hidráulicos, de porão.</i></p>
ORIGEM DOS RESÍDUOS	Embarcações do Porto de Pesca e Porto de Recreio.
LOCALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO	Área de jurisdição portuária – Porto de Pesca, Porto de Recreio.
CAPACIDADE	<p>2 depósitos de recolha de óleos usados, aproximadamente 1000 litros.</p> <p>Zona de receção de óleos usados (Porto de Recreio) – depósito, aproximadamente, 1000 litros, bacia de retenção 6300 litros.</p> <p>1 contentor recolha de redes de pesca.</p> <p>Zona de receção de óleos usados (Porto de Pesca) – 2 depósitos de 1000 litros, bacia de retenção de 15 m<sup>2</sup>.</p>
RESPONSÁVEL/ OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS	<p>Docapesca (Porto Pesca)</p> <p>ECOSLOPS Portugal, S.A. (Outras instalações portuárias)</p>
DESCRIÇÃO E NOTAS	Depósito para recolha de óleos; contentor para recolha de redes de pesca.

## 4.2.2 Localização dos meios portuários de receção correspondente a cada cais por meio de diagramas

Conforme planta em anexo B.

## 4.3 Tipologia e quantidade de resíduos

Os resíduos gerados em navios e resíduos de carga, recebidos no porto, pelos navios que normalmente demandam o porto e considerando os anexos MARPOL são:

Tipologia de resíduos	Anexos MARPOL
Resíduos de hidrocarbonetos: lamas, águas de porão e cavernas e outros - areias/ serraduras oleosas, slops, outros resíduos contaminados com hidrocarbonetos.	Anexo I
Lixo/ resíduos urbanos: resíduos de alimentos, plásticos, outros, designadamente vidro, metais, acumuladores, pilhas, baterias.	Anexo V
Restos de Cozinha e Mesa: todos os restos alimentares, incluindo óleos alimentares, utilizados e provenientes de transportes internacionais.	Anexo V
Resíduos associados à carga, designadamente embalagens e madeira de estiva e resíduos de carga	Anexo V

designadamente arroz, enxofre e ureia e resíduos de carga.	
Águas residuais equiparadas a urbanas.	Anexo IV

No quadro 5 apresentam-se os tipos, conforme anexos MARPOL e quantidades de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga recebidos.

**Quadro 5 - Quantidade de resíduos de acordo com anexos MARPOL 2014-2016**

Tipo de resíduo	2014	2015	2016
	Unidade (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )		
Total	13,42	27,34	33,58
Anexo I	12,76	25,08	31,25
Anexo IV	0	0	0
Anexo V – recolha indiferenciada	0,04	0,20	0,32
Anexo V – recolha seletiva	0,62	2,05	2,01

Os resíduos recolhidos são classificados de acordo com a Lista Europeia de Resíduos, constante da Portaria nº 209/2004, de 15 de março. A lista dos resíduos, normalmente, recebidos consta do Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades do Porto de Sines listando-se, no quadro seguinte, alguns dos resíduos mais frequentes.

**Quadro 7 – Códigos LER dos resíduos, normalmente, descarregados pelos navios**

Código LER	Descrição de acordo com a Lista Europeia de Resíduos	Resíduos de navios
10 01 01	Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras (excluindo as poeiras de caldeiras da combustão de hidrocarbonetos)	Cinzas e escórias de caldeiras
13 02 08*	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	Óleos motores
15 01 03	Embalagens de madeira	Embalagens de madeira
15 01 10*	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	Embalagens contaminadas
15 02 02*	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas.	Absorventes, panos e vestuário contaminados
16 01 07*	Filtros de óleo	Filtros de óleo de máquinas e motores
16 02 16	Componentes retirados de equipamentos fora de uso não abrangidos em 16 02 15	
16 04 03*	Outros resíduos de explosivos.	Material pirotécnico e foguetes de sinalização
16 07 08*	Resíduos contendo hidrocarbonetos	Resíduos sólidos e líquidos contendo hidrocarbonetos
18 01 03*	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções.	Resíduos tipo hospitalares
20 01 01	Papel e cartão	Papel e cartão não contaminadas
20 01 02	Vidro	Vidro não contaminado

Código LER	Descrição de acordo com a Lista Europeia de Resíduos	Resíduos de navios
20 01 21*	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	Lâmpadas dentro do sistema de gestão de REEE
20 01 34	Pilhas e acumuladores não abrangidos em 20 01 33	
20 01 35*	Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso contendo componentes perigosos	
20 01 36	Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso	Equipamentos elétricos e eletrónicos
20 01 38	Madeira (não contendo substâncias perigosas)	Madeira não contaminada
20 01 39	Plásticos	Plástico não contaminado
20 01 40	Metais	
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos.	Resíduos urbanos e equiparados
20 03 07	Monstros	Monstros

No quadro seguinte apresentam-se as quantidades recolhidas por tipo de resíduos, nos anos de 2014 a 2016.

**Quadro 8 - Resíduos recebidos no porto com origem em navios no triénio 2014-2016**

Código LER	Descrição	Quantidade (Ton)			Recolha	Transportador	Destinatário	Operação
		2014	2015	2016				
05 01 03*	Lamas fundo dos depósitos	0	0,353	0	Ecoslops	Álvaro Matias & Filhos	Ecodeal	D9
06 01 01*	Ácido sulfúrico e ácido sulfuroso	1,975	0,054	0	Ecoslops	T. Central Pombalense	Ecodeal	D9
07 01 04*	Outros solventes, líquidos de lavagem (metanol fora de especificação -resíduos de carga)	0	11,12	0	Ecoslops	Álvaro Matias & Filhos	Ecodeal	D9
10 01 01	Cinzas de caldeiras	11,58	8,238	6,1868	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecodeal	D9
13 02 08*	Outros óleos de motores	0	0,5	0	Ecoslops	Carmona	Carmona	R9
15 01 03	Embalagens de madeira	1,18	3,585	0,297	Ecoslops	Ecoslops/ Via Infinita/ Renascimento	Renascimento/ Ambilital/ Armando Silva	R12/ R13
15 01 10*	Embalagens contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	8,59	4,194	9,881	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecodeal	R4
15 02 02*	Absorventes, panos e vestuário contaminados	22,63	16,35	34,675	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecodeal	D9
16 01 07*	Filtros de óleo	0,90	1,99	2,861	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecodeal	R13
16 02 16	Tinteiros Tonners equip. impressão	0,118	0,104	0,045	Ecoslops	Imnpress T/ Ecoslops	Impress T/ Ambilital	R5
16 03 06	Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05	0	1,52	0	Ecoslops	Alvaro Matias & Filhos	Ecodeal	D9
16 04 03*	Outros resíduos de explosivos (Material pirotécnico e foguetes de sinalização)	0,19	0,074	0,158	Ecoslops	Ecoslops	Polícia Marítima	—

Código LER	Descrição	Quantidade (Ton)			Recolha	Transportador	Destinatário	Operação
		2014	2015	2016				
16 05 04*	Gases em recipientes sob pressão incluindo halons	0,15	0	0	Ecoslops	Jomarlimpa	Edodeal	D15
16 05 08*	Produtos químicos orgânicos fora de uso	2,12	0	0	Ecoslops	Jomarlimpa	Edodeal	D9
16 06 04	Pilhas alcalinas (exceto 16 06 03)	0,332	0	0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
18 01 03*	Resíduos tipo hospitalares	0,0306	0,0505 2	0,0765	Ecoslops	Ambimed	Ambicargo	D9/ D15
19 12 05	Vidro	0	21,82	0	Ecoslops	Jomarlimpa	LenaAmbiente	D15
20 01 01	Papel e cartão.	67,43	30,024	29,7174	Ecoslops	Ambilital	Ambilital	R13
20 01 02	Vidro (Embalagens de vidro não contaminadas)	23,81	25,475	11,9308	Ecoslops	Ambilital	Ambilital	R13
20 01 21*	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	0,452	1,35	1,343	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 25	Óleos alimentares	0	1,24	2,183	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 34	Pilhas e baterias	0,2	0,1	0,96	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 35*	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 200121 ou 200123, contendo componentes perigosos	0,752	0	0,97	Ecoslops	Ecoslops	Ambilital	R13
20 01 36	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 200121 ou 200123,	0,267	1,24	0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 38	Madeira (não contendo substâncias perigosas)	4,38	0	0,5456	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	D1
20 01 39	Plásticos	105,07	42,072	28,4677	Ecoslops	Ambilital	Ambilital	R13
20 01 40	Embalagens não contaminadas	9,42	4,306	4,61	Ecoslops	José Gonçalves	Centro Reciclagem Palmela	R13
20 03 01	Resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos.	103,34	185,66 5	144,43	Ecoslops	Câmara Municipal Sines	Ambilital	D1
20 03 07	Monstros	0,3	27,86	2,385	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	D15
20 03 99	Resto de cozinha e mesa (RCM)	0	0	0,305	Ecoslops	Ambicargo	Stericycle Portugal	D9
16 07 08*	Efluentes líquidos – instalações fixa (m³) / Resíduos contendo hidrocarbonetos	12.456	18.498	24.937	Ecoslops	Ecoslops	Ecoslops	D9
16 07 08*	Efluentes líquidos – instalação móvel (m³) / Resíduos contendo hidrocarbonetos	2.309	6.762	6.834	Ecoslops	Ecoslops	Ecoslops	D9

Todos os resíduos recebidos foram encaminhados para destino adequado para operações de eliminação ou valorização, autorizadas.

No quadro seguinte apresenta-se uma estimativa do tipo e quantidade de resíduos que se prevê vir a receber no porto, com origem nos navios, no triénio 2017-2019.

**Quadro 9 - Estimativa de resíduos a receber no porto no triénio 2017-2019**

Código LER	Descrição	Quantidade (Ton)			Recolha (OGR)	Transportador	Destinatário (OGR)	Operação
		2017	2018	2019				
05 01 03*	Lamas fundo dos depósitos	0,3	0,3	0,3	Ecoslops	Álvaro Matias & Filhos	Ecocodeal	D9
06 01 01*	Ácido sulfúrico e ácido sulfuroso	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	T. Central Pombalense	Ecocodeal	D9
07 01 04*	Outros solventes, líquidos de lavagem (metanol fora de especificação -resíduos de carga)	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Álvaro Matias & Filhos	Ecocodeal	D9
10 01 01	Cinzas de caldeiras	6,00	6,00	6,00	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecocodeal	D9
13 02 08*	Outros óleos de motores	0,5	0,5	0,5	Ecoslops	Carmona	Carmona	R9
15 01 03	Embalagens de madeira	2,0	2,0	2,0	Ecoslops	Ecoslops/ Via Infinita/ Renascimento	Renascimento/ Ambilital/ Armando Silva	R12/ R13
15 01 10*	Embalagens contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	8,0	8,0	8,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecocodeal	R4
15 02 02*	Absorventes, panos e vestuário contaminados	20,0	20,0	20,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecocodeal	D9
16 01 07*	Filtros de óleo	3,0	3,0	3,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ecocodeal	R13
16 02 15*	Componentes retirados de equipamentos fora de uso (tinteiros Tonners equip. impressão)	0,01	0,01	0,01	Ecoslops	Imnpress T/ Ecoslops	Imnpress T/ Ambilital	R5
16 02 16	Componentes retirados de equipamentos fora de uso não abrangidos em 16 02 15 (tinteiros Tonners equip. impressão)	0,1	0,1	0,1	Ecoslops	Imnpress T/ Ecoslops	Imnpress T/ Ambilital	R5
16 03 06	Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Alvaro Matias & Filhos	Ecocodeal	D9
16 04 03*	Outros resíduos de explosivos (Material pirotécnico e foguetes de sinalização)	0,2	0,2	0,2	Ecoslops	Ecoslops	Polícia Marítima	—
16 05 04*	Gases em recipientes sob pressão incluindo halons	0,1	0,1	0,1	Ecoslops	Jomarlimpa	Edodeal	D15
16 05 08*	Produtos químicos orgânicos fora de uso	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Edodeal	D9
16 06 04	Pilhas alcalinas (exceto 16 06 03)	0,1	0,1	0,1	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
18 01 03*	Resíduos tipo hospitalares	0,07	0,07	0,07	Ecoslops	Ambimed	Ambicargo	D9/ D15
19 12 05	Vidro	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Jomarlimpa	LenaAmbiente	D15
20 01 01	Papel e cartão	20,0	20,0	20,0	Ecoslops	Ambilital	Ambilital	R13
20 01 02	Vidro (Embalagens de vidro não contaminadas)	10,0	10,0	10,0	Ecoslops	Ambilital	Ambilital	R13
20 01 21*	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	1,3	1,3	1,3	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 25	Óleos alimentares	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 34	Pilhas e baterias	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13

Código LER	Descrição	Quantidade (Ton)			Recolha (OGR)	Transportador	Destinatário (OGR)	Operação
		2017	2018	2019				
20 01 35*	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 200121 ou 200123, contendo componentes perigosos	0,9	0,9	0,9	Ecoslops	Ecoslops	Ambilital	R13
20 01 36	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 200121 ou 200123,	1,0	1,0	1,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	R13
20 01 38	Madeira (não contendo substâncias perigosas)	3,0	3,0	3,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	D1
20 01 39	Plásticos	50,0	50,0	50,0	Ecoslops	Ambilital	Ambilital	R13
20 01 40	Embalagens não contaminadas	4,0	4,0	4,0	Ecoslops	José Gonçalves	Centro Reciclagem Palmela	R13
20 03 01	Resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos.	150,0	150,0	150,0	Ecoslops	Câmara Municipal Sines	Ambilital	D1
20 03 07	Monstros	3,0	3,0	3,0	Ecoslops	Jomarlimpa	Ambilital	D15
20 03 99	Resto de cozinha e mesa (RCM)	0,5	0,5	0,5	Ecoslops	Ambicargo	Stericycle Portugal	D9
16 07 08*	Efluentes líquidos – instalações fixa (m³) / Resíduos contendo hidrocarbonetos	25 000	25 000	25 000	Ecoslops	Ecoslops	Ecoslops	D9
16 07 08*	Efluentes líquidos – instalação móvel (m³) / Resíduos contendo hidrocarbonetos	7 000	7 000	7 000	Ecoslops	Ecoslops	Ecoslops	D9

## OGR- Operador de Gestão de Resíduos

Os transportadores e destinatários são indicativos e baseados na informação dos anos 2014-2106.

### 4.4 Receção e recolha de resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga

Os procedimentos necessários à receção e recolha de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga, nomeadamente, os relativos à requisição do serviço de gestão de resíduos, encontram-se descritos no Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades do Porto de Sines.

As formalidades para a receção e recolha de resíduos iniciam-se com a notificação à autoridade portuária, da informação que consta do anexo A, que é efetuada pelo comandante do navio com destino ao Porto de Sines, ou seu representante, com exceção das embarcações de pesca e as embarcações de recreio com lotação máxima autorizada para 12 passageiros, que devem preencher com veracidade e exatidão, através do seu representante (agente), pelos meios estabelecidos, a aplicação informática JUP – Janela Única Portuária, a declaração de resíduos, prestando, também, informação sobre:

1. Nome do navio, indicativo de chamada, número de identificação IMO, se for caso disso;
2. Estado do pavilhão;
3. Hora estimada de chegada (ETA);





## PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 4

Edição 1

4. Hora estimada de partida (ETD);
5. Porto de escala anterior;
6. Próximo porto de escala;
7. Último porto e data em que foram entregues os resíduos gerados no navio;
8. Pretende entregar em meios portuários de receção, dos resíduos que tem a bordo: a totalidade, uma parte ou nenhuns;
9. Tipo e quantidade dos resíduos a entregar e/ou a conservar a bordo e percentagem da capacidade máxima de armazenamento.

A comunicação, acima referida, deve ser efetuada:

- a) Com a antecedência mínima de vinte e quatro horas relativamente à chegada do navio, se for conhecido o porto de escala;
- b) Logo que conheça o porto de escala, se apenas obtiver essa informação nas vinte e quatro horas que antecederam a chegada a esse porto;
- c) O mais tardar à partida do porto precedente, se a viagem for inferior a vinte e quatro horas.

A requisição do serviço de recolha de resíduos é gerada sempre que na declaração de resíduos existam resíduos para entregar, ou seja, a quantidade dos resíduos a entregar for diferente de zero.

É responsabilidade do agente preencher a informação referente ao operador pretendido para efetuar o serviço de recolha de resíduos, a data/hora de recolha e o local desta. Apenas podem ser selecionados operadores que constem da lista autorizada pela AP.

A coordenação do serviço de recolha de resíduos é efetuada pela Entidade Gestora de Resíduos, a APS e a Instalação Portuária.

Depois de executado o serviço de recolha de resíduos o operador preenche a execução do serviço referindo a quantidade e tipo de resíduos recolhidos.

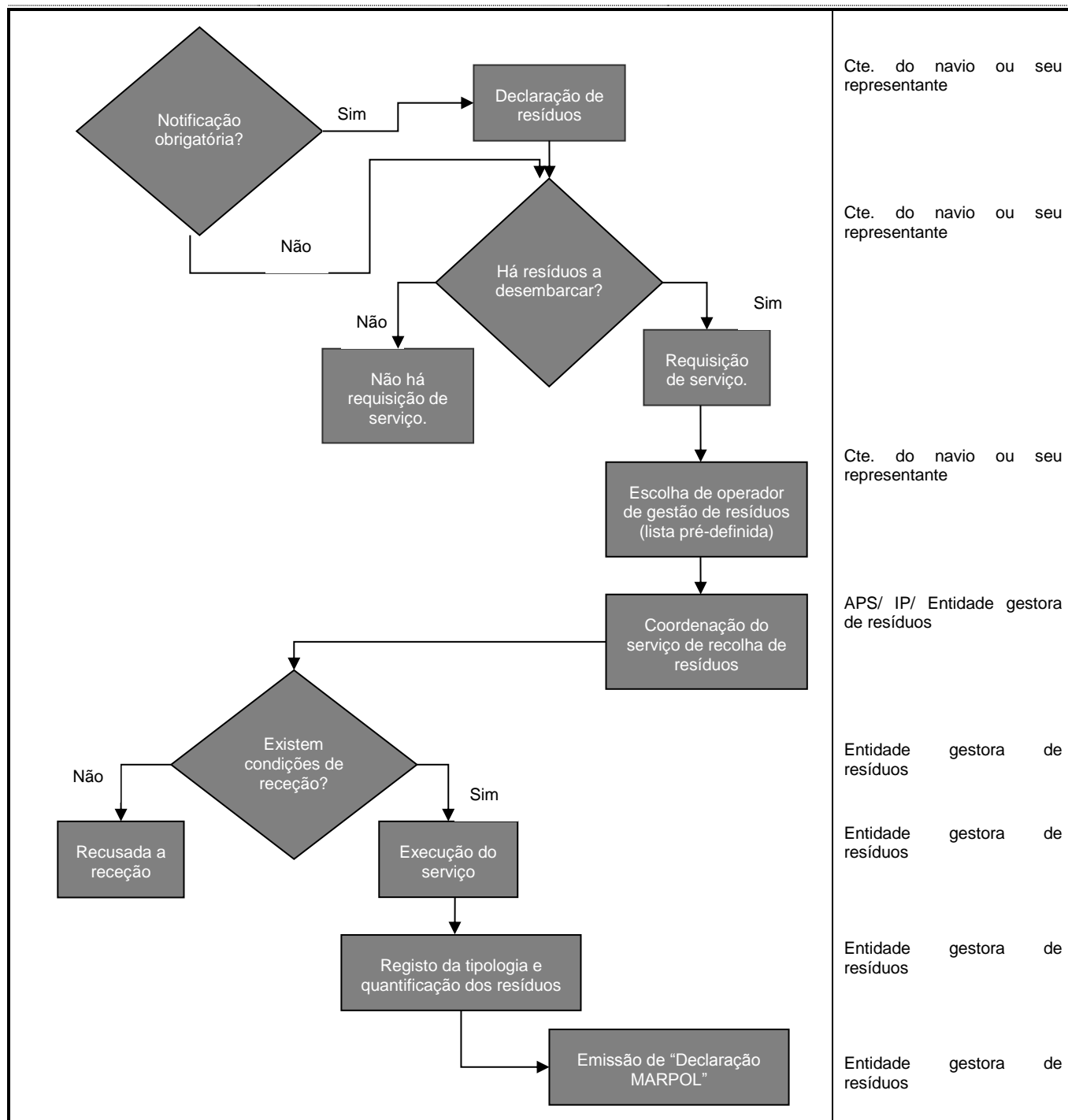
Quando solicitado, a Entidade Gestora de Resíduos emitirá “Certificado MARPOL”, gerado pela JUP, referindo as quantidades de resíduos efetivamente descarregadas.

O registo da utilização dos meios portuários de receção é efetuado através de aplicação informática quando o navio, ou o seu representante, preenche a declaração de resíduos e esta origina a requisição do serviço de recolha de resíduos.

As quantidades de resíduos atualmente recebidas são as constantes dos registos relativos aos tipos e quantidades, efetuado pelo operador que presta o serviço de gestão de resíduos, através da aplicação informática.

Quadro 10 – Fluxograma de receção e recolha dos resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga

FLUXOGRAMA	RESPONSÁVEL
------------	-------------



Pode ser recusada a receção de resíduos ou o depósito transitório de resíduos, mesmo que esse desembarque seja pretensão dos navios surtos no porto ou derivados de atos de arribada por avarias, desde que não sejam gerados pelos navios.

A recolha de resíduos gerados na área portuária, nos navios surtos no porto e dos resíduos de carga, é efetuada de acordo com a sua tipologia, e conforme descrito no Regulamento de Gestão Integrada de Resíduos. É obrigatória a utilização dos equipamentos específicos para a deposição dos resíduos. Caso os resíduos, não estejam corretamente depositados nos equipamentos e/ou locais destinados ao efeito, a entidade gestora, procederá à recolha dos

mesmos e cobrará uma verba adicional, para além de outras sanções em que o infrator possa incorrer.

O transporte, acondicionamento e destino final dos resíduos são efetuados de acordo com o descrito no Regulamento de Gestão Integrada de Resíduos.

As operações de tratamento decorrem em instalações adequadas e com recurso a tecnologias e métodos apropriadas, de eliminação e valorização, para assegurar um nível de proteção do ambiente e saúde pública.

A eliminação dos resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga é efetuada por uma das operações listadas no quadro 8.

Quadro 11 – Operações de eliminação/ valorização de resíduos

Código LER	Destino <sup>(1)</sup>
18 01 03* 20 03 07	D15 – Armazenagem enquanto se aguarda a execução das operações enumeradas de D1 a D14.
15 01 10*	R4 — Reciclagem/recuperação de metais e de ligas
13 02 08*	R9 – Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do anexo III da P 209/2004, de 03.03 que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12;
16 01 07* 16 01 17 20 01 01 20 01 02 20 01 21* 20 01 33* 20 01 36 20 01 39	R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).
20 01 38 20 03 01	D1 – Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc).
15 01 02	D15 – Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14.
10 01 01 15 02 02* 16 07 08* 18 01 03*	D9 — Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12 (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.).

<sup>(1)</sup> De acordo com DL 209/2004

A AP e/ ou Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, podem inspecionar os navios que escalem ou operem no porto para se assegurarem do cumprimento das normas do DL 165/2003, alterado pelo e demais legislação relacionada.

#### **4.5 Recolha de resíduos no Porto de Pesca e no porto de Recreio**

As embarcações de pesca e as embarcações de recreio com lotação máxima autorizada até 12 passageiros estão isentas da notificação e do pedido da requisição do serviço de recolha de resíduos, à autoridade portuária, devendo depositar os resíduos nos locais adequados disponibilizados. Os resíduos devem ser depositados nos recipientes existentes no Porto de Pesca e de Recreio, bem acondicionados e de acordo com a sua tipologia. A responsabilidade pela deposição e acondicionamento dos resíduos é dos respetivos produtores.

A gestão de resíduos do Porto de Pesca é responsabilidade da Docapesca, Portos e Lotas, S.A..

#### **4.6 Comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção**

As embarcações ou navios que considerem ter existido insuficiência nos meios portuários de receção ou que estes lhes causaram atrasos indevidos, deverão relatar o facto, diretamente ou através do seu representante no porto através de formulário para comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção, em anexo C. Em alternativa pode ser apresentado anexo da IMO, MEPC.1/Circ. 469/Rev. 2).

A Autoridade Portuária recebe a reclamação e adota, se necessário, as medidas adequadas de modo a suprir as insuficiências e/ou os atrasos verificados, dando conhecimento ao reclamante do resultado daquela.

A Autoridade Portuária informa a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos das reclamações.

Os prejuízos causados por atrasos indevidos na entrega ou na receção de resíduos gerados em navios ou resíduos de carga são indemnizáveis.

**Quadro 12 – Reclamações**

Nº reclamações relativas a alegadas insuficiências dos meios portuários de receção de resíduos	
2014	1
2015	0
2016	0

#### **4.7 Regulamento de gestão de resíduos e utilidades do Porto de Sines**

O Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos é complementado com o Regulamento de Gestão de Resíduos – disponível no site da APS – que visa garantir que os resíduos produzidos na área portuária, ou recolhidos a navios surtos no porto, são geridos criteriosamente, de acordo com as normas técnicas aplicáveis, de forma reduzir a sua nocividade para a saúde humana e para o ambiente, assegurar que são controlados quaisquer impactes ambientais resultantes de eventuais fugas ou derrames relacionados

com as operações de gestão de resíduos e que estes são encaminhados para circuito de gestão adequado.

#### **4.8 Responsabilidade pela aplicação do Plano**

No quadro 11 são indicados os contactos das entidades responsáveis, pela aplicação do PPRGR e pela gestão dos resíduos.

##### **Quadro 13 - Contactos**

<b>Âmbito</b>	<b>Responsável</b>	<b>Email</b>	<b>Telefone</b>	<b>Fax</b>
PPRGR – Autoridade Portuária	Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	ambiente@apsinesalgarve.pt	269 860 659	269 860 694
Gestão Integrada de Resíduos – Subconcessionária	ECOSLOPS Portugal, S.A.	manuel.gomes@ecoslops.com	269 870 332	-

#### **4.9 Taxas**

É cobrada uma taxa, no âmbito do princípio do poluidor-pagador, que se destina a suportar os custos do meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga, incluindo o tratamento e a eliminação dos resíduos gerados em navios, composta por uma componente geral fixa e uma taxa variável.

As taxas respeitantes aos serviços prestados no âmbito da gestão de resíduos no porto de Sines são as previstas no Regulamento de Tarifas do Concessionário, que estiver em vigor, aquando da prestação do mesmo, calculadas em conformidade com o DL nº165/2003, alterado pelo DL nº 197/2004 e pelo DL nº 57/2009.



## PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 3

### ANEXO A - DECLARAÇÃO DE RESÍDUOS E DECLARAÇÃO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS



#### Declaração de Recolha de Resíduos (Directiva 2000/59/CE, 27NOV2000)

Nº de Processo de Navio:	SIE201801006	Agente:	MSC PORTUGAL SA
Navio:	MSC CRISTINA	Tipo:	Porta- Contentores
IMO:	9465241	Ind. Chamada:	D5BU7
Data Estimada de Chegada(ETA):	07-06-2018 21:00	Data Estimada de Partida(ETD):	08-06-2018 18:45
Porto de Escala Anterior:	BARCELONA	Próximo Porto de Escala:	ROTTERDAM
Estado da Bandeira:	LIBERIA	Tipo de Entrega:	-

#### Lista de Resíduos

Tipo Residuo	Qtd a Descarregar (m3)	Capacidade Max de Armazenamento (m3)	Qtd Produzida até ao Próximo Porto (m3)	Qtd que Permanece a Bordo Após Descarga (m3)	Próximo Porto Entrega	Data Entrega Próximo Porto	Porto da Última Entrega	Data Entrega Último Porto
LIXO - PLÁSTICOS	0.3	1.88	0.2	0.0	SINES	-	BARCELONA	04-06-2018
OUTROS RESÍDUOS	0.3	1.5	0.2	0.0	SINES	-	BARCELONA	04-06-2018



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 3

## DECLARAÇÃO DE RESÍDUOS DA JUP

Resumo de Escala do Navio • Processo Declaração de Resíduos • Declaração de Resíduos

Escala: [ ] Número da Viagem: [ ] Contramarca: [ ]  
Navio: [ ] SP interno do agente: [ ]  
Tipo de Navio: [ ] Agente Navegação: [ ]  
Número do Documento: [ ] Entidade Responsável: [ ]  
Versão: 3 Data/Hora: [ ] 11:24 Estado: Sem Despacho

**DECLARAÇÃO DE RESÍDUOS (USO INTERNO)**

Declaração Negativa: [ ]  
Próximo Porto: [ ]  
Porto Anterior: [ ]  
Bordado: [ ]  
ETA: [ ] às 22:00 ETO: [ ] às 18:40  
Número de dias da viagem seguinte: 2 Número de dias da viagem anterior: [ ]  
Instalação Portuária: [ ]  
Número de membros da tripulação: [ ] Número de passageiros a bordo: [ ]  
Número Passa-Porto: [ ]  
Sistema Tratamento Águas Santitantes: [ ]  
Sustentabilidade de Inimendores: [ ]  
Resíduos Oleosos: [ ]  
Lixo: [ ]  
Entrega em meios portuários de recepção: [ ]  
Tipo Entrega: [ ]  
Resíduo: [ ]  
LISTA DE RESÍDUOS

Tipo Resíduo	Qtd a Descarregar (m3)	Capacidade Max de Armazenamento (m3)	Qtd Produzida até ao Próximo Porto (m3)	Qtd que Permanece a Bordo Após Descarga (m3)	Próximo Porto Entrega	Data Entrega Próximo Porto	Porto da Última Entrega	Data Entrega Último Porto
11 RESÍDUOS SÓLIDOS-HEDRIC - LAMAS								
19 ÁGUAS DE RORÃO								
20 RESÍDUOS DE ALIMENTOS								
22 LIXO - PLÁSTICOS	0.3	1.88	0.3	0.0	PTSB		ESBCH	04/06/2018
30 OUTROS RESÍDUOS	0.3	1.8	0.3	0.0	PTSB		ESBCH	04/06/2018
40 RESÍDUOS DE CARGA								
70 RESÍDUOS ASSOCIADOS								

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.  
O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 3

## SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS DA JUP

Navios > Resumo da Escala do Navio > Processo de Recolha de Resíduos > Serviço de Recolha de Resíduos

Escala:  Número de Viagem:  Contramarcas:

Navio:  Nº interno do agente:

Tipo de Navio:  Agente Navegação:

Número do Documento:  Entidade Responsável:

Versão: 3 Data/Hora:  15:27 Estado: Aceite

**REQUISITÃO DE RECOLHA DE RESÍDUOS (USO INTERNO)**

Próximo Porto:

ETA:  às 21:00 ETD:  às 19:00

Instalação Portuária:

**RESÍDUO**

\* Tipo:

\* Data de Início de Recolha:  às :  \* Data de Fim de Recolha:  às :

Observações:

\* Quantidade:  \* Unidade de Medida:

\* Entidade:

\* Local:

LER:

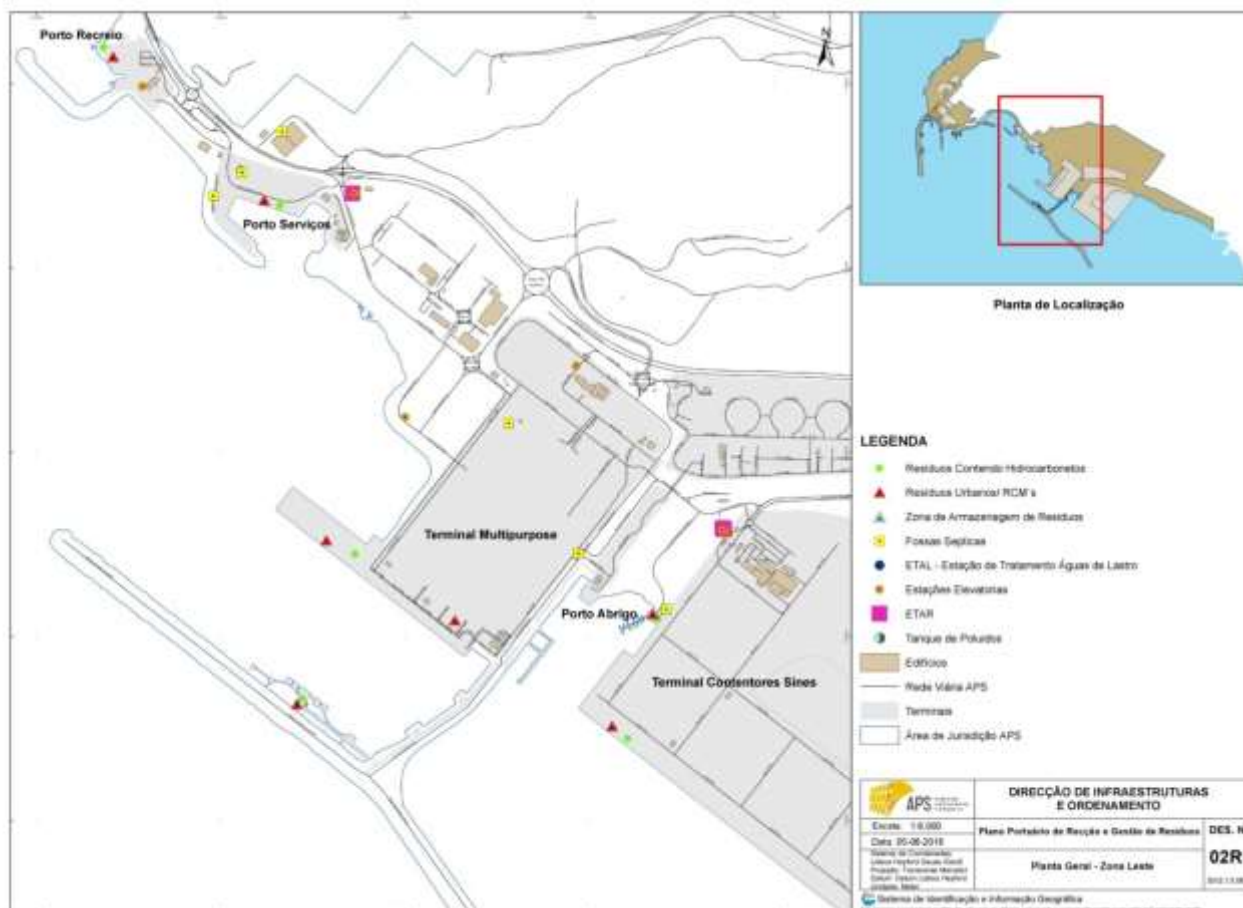
Meio de Recolha:

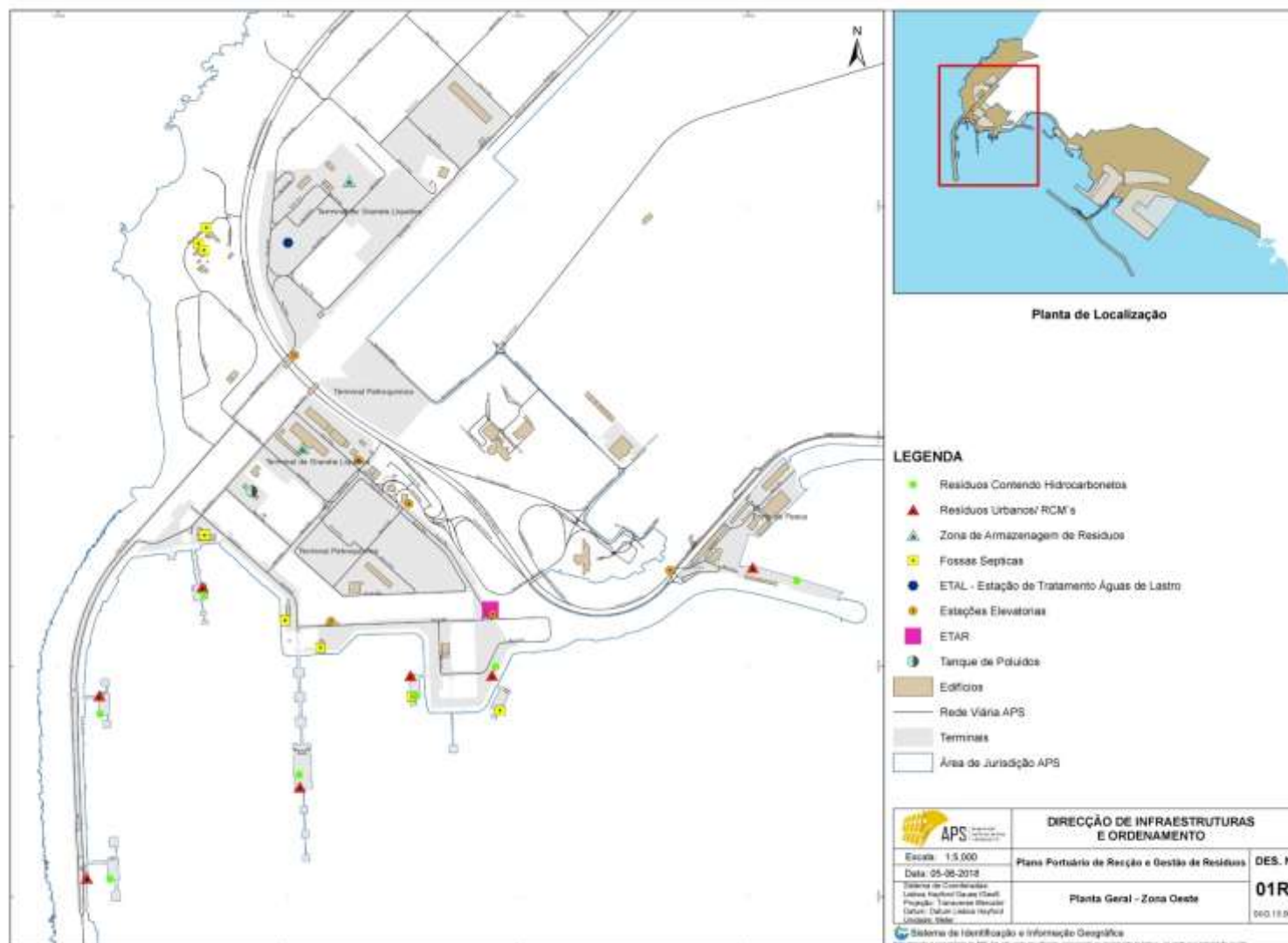
Tipo	Qtd.	Unid.	Data de Início de Recolha	Local	Entidade	Resposta	Registo
OUTROS RESÍDUOS	0.3	MG	07/06/2018 23:00	Terminal XIX	ECOSLOPS PORTUGAL, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LIXO - PLÁSTICOS	0.3	MG	07/06/2018 23:00	Terminal XIX	ECOSLOPS PORTUGAL, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**OBSERVAÇÕES**




## ANEXO B – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS





## ANEXO C – FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS



### FORMULÁRIO

PÚBLICO

#### COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PORTO			
Nome do porto:	Sines		
País:	Portugal		
Nome do terminal/posto:			
Tipo de operação:	Carga	Descarga	
	Outra (especificar):		
Data de chegada:			
Data do incidente:			
Data de partida:			

INFORMAÇÕES RELATIVAS NAVIO			
Nome:			
Indicativo de chamada:			
N. IMO:			
Indicativo de chamada:			
Dono do navio ou operador:			
Tonagem:			
Porto de registo:			
Estado da bandeira:			
Tipo de navio:	Navio tanque	Porta-contentores	
	Graneleiro	Carga geral	
	Outro (especificar):		

RESÍDUOS A ENTREGAR		Quantidade (m³)
Anexo I MARPOL - hidrocarbonetos	Lamas, slops, água oleosas Outros (especificar):	
Anexo II MARPOL - Substâncias líquidas nocivas, transportadas a granel		
Anexo III MARPOL - Substâncias prejudiciais, transportadas em embalagem		
Anexo IV - Águas sanitárias		
Anexo V - Lixo	Resíduos urbanos	
	Frações recolhidas seletivamente (papel e cartão, embalagens, vidro, pilhas e acumuladores, tinteiros e toners)	
	Cinzas	
	Materiais filtrantes contaminados com hidrocarbonetos, filtros de óleo, outros	
	Resíduos de carga ou associados à carga	
	Resíduos operacionais Outro (especificar):	

INADEQUAÇÃO DOS MEIOS DE RECEÇÃO		
Meio de receção indisponível	Atraso na prestação do serviço	
Localização inadequada	Taxa elevada pelo uso dos meios de receção	
Equipamentos auxiliares insuficientes	Navio teve que mudar de posto envolvendo custos/ atrasos	
Uso do meio tecnicamente impossível	Outros (especificar):	

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Comandante

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.  
 O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.

ML003R0E2
Pág. 1 de 1



## PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

PP03

USO INTERNO

Revisão 3